

TEXTO DE APOIO – ENCONTRO 3

OS MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS E O DIÁLOGO ENTRE CONHECIMENTOS AMBIENTAIS

Segundo Herlihy e Knapp (2003), os mapeamentos participativos são ferramentas que promovem mudanças na apropriação, na produção e no uso da cartografia. Portanto, para discutir as origens e implicações dessa metodologia e sua aplicação junto aos povos indígenas é necessário percorrer o caminho da cartografia ocidental e suas conseqüências para os sistemas de conhecimento local. Turnbull (2000) afirma que mapas são exemplos paradigmáticos do conhecimento espacial, produzido no conhecimento localmente. O autor também afirma que, assim como a ciência ocidental, a cartografia também é legitimizada pelo poder e caracteriza-se como uma forma de dominação (ibid., 2000). Na atualidade somos bombardeados de mapas carregados de informações a todo o momento (CORREIA, 2007). Eles aparecem em jornais, televisão, livros e revistas se constituindo como mais uma forma de representação do mundo moderno.

Segundo Gaudio (2003), os mapas procuram representar os diferentes espaços, estabelecendo a ‘síntese’ sobre um determinado território em um dado momento histórico. O autor indaga como, ou de que modo, os mapas são elaborados e valorizados como representações efetivas e verdadeiras do espaço real. O que se percebe, no âmbito da ciência ocidental, é que o mapa não é percebido como portador de um discurso sobre um território, mas sim como um discurso melhor elaborado sobre o mesmo, evidenciando seu caráter de convencimento sobre a realidade. Portanto, não se deve considerá-lo como um instrumento neutro, mas como portador de um discurso que pode desviar elementos e atores importantes para determinada construção.

Para Yves Lacoste os mapas possuem um caráter dominador e de poder, e sua neutralidade e veracidade pode ser contestada segundo a definição a seguir: “muito mais que um conjunto de estatísticas ou que um conjunto de escritos, a carta é a forma de representação geográfica por excelência; é sobre a carta que devem ser colocadas todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e estratégias. Tal formalização do espaço, que é a carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, a carta foi de início criado por oficiais e para os oficiais. A produção de uma carta, isto é, a conversão de um concreto mal conhecido em uma representação abstrata, eficaz, confiável, é uma operação difícil, longa e onerosa, que só pode ser realizada pelo aparelho de Estado e para ele. A confecção de uma carta implica num certo domínio político e matemático do espaço representado, e é um instrumento de poder sobre esse espaço e sobre as pessoas que ali vivem” (Lacoste: 1997:23)

Os mapas são imagens muito poderosas porque materializam e objetivam o que só é concebido em pensamento. Induzem a uma impressão de neutralidade, cientificidade e de verdade sobre um dado território (GAUDIO, 2003). Apesar do uso histórico dos mapas estar associado à dominação e poder, os mapas vêm sendo apropriados por povos indígenas por meio de uma diversidade de meios, como levantamentos ambientais, trabalhos de reconhecimento de terras indígenas e projetos de educação indígena focados na gestão ambiental e territorial (CORREIA, 2007).

É, portanto, um instrumento de comunicação dessas comunidades desejosas em transmitir uma mensagem; expressar suas realidades sob seus próprios pontos de vista e lógicas locais. Diferentes metodologias vêm sendo desenvolvidas no país para mapear os recursos naturais por povos indígenas. As metodologias recebem denominações e objetivos diversos de acordo com as especificidades culturais e políticas do povo em que se esteja desenvolvendo o trabalho, e das premissas das organizações responsáveis pela intervenção. As organizações que adotaram a metodologia como prática vêm se organizando para discutir a temática em diversas instâncias. Em 2006, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre realizou um seminário visando reunir instituições não-governamentais e governamentais para troca de experiências e a apresentação de

iniciativas de mapeamento participativo em curso em terras indígenas no Brasil. Foram apresentadas diferentes experiências como: Etnomapeamento na TI Mamoadate; o Projeto Mapeamento Participativo das TIs Uaçá, Juminã e Galibi; as Experiências de Gestão Ambiental dos Agentes Ambientais Timbiras do Maranhão e Tocantins; os Etnomapeamentos nas TIs do Acre; o Mapeamento Cultural das TIs Tumucumaque e rio Paru

D'Este (LITTLE, 2006).

As metodologias e experiências apresentadas diferenciaram-se em muitos aspectos; desde a possibilidade de utilização (ou não) de bases georeferenciadas, aos objetivos dos mapeamentos (político, planejamento, pedagógico). Porém, uma característica mostrou-se comum em todas as experiências expostas: a participação ativa das comunidades na impressão dos conhecimentos indígenas nos produtos dos mapeamentos.

Diversas experiências de mapeamento participativo vêm sendo desenvolvidas no Estado do Acre por meio de iniciativas do governo estadual e federal e da sociedade civil organizada, como por exemplo, as ações desenvolvidas pela Comissão Pró-Índio do Acre. As experiências recebem nomes diferenciados, como etnomapeamentos, etnozoneamentos e diagnóstico etnoambiental. Possuem objetivos semelhantes, focados na gestão ambiental das Terras Indígenas e na constituição de instrumentos políticos para as comunidades indígenas subsidiarem suas reivindicações.

Segundo Correia (2007), casos exemplares de mapeamentos participativos articulam organizações e instituições de vários setores (governo, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, entre outros). Segundo o autor estas contribuem na gestão ambiental das terras indígenas. No Brasil, iniciativas estão sendo desenvolvidas em vários estados: Amazonas, Amapá, Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Maranhão, Tocantins e Acre. Ainda, segundo o autor, as diferentes metodologias que buscam mapear recursos naturais em Terras Indígenas têm recebido denominações diversas. Vêm sendo consideradas por consultores, lideranças indígenas e representantes de organizações governamentais e não-governamentais, ora como instrumentos de planejamento, ora como instrumentos de diagnóstico, de mapeamento, de gestão ambiental, de gestão ambiental ou instrumentos técnicos políticos (ibid., 2007).

Ainda não há esforços teóricos para investigar o instrumento como prática pedagógica, em que o processo de produção e o uso dos mapas têm maior significância que os mapas produzidos. Por este motivo, esta pesquisa se debruçou sobre o processo de formação de jovens indígenas em gestão ambiental e o instrumento do mapeamento participativo como prática pedagógica para analisar o diálogo entre diferentes conhecimentos ambientais.

Entre as metodologias utilizadas atualmente destaca-se a iniciativa da organização não-governamental Amazon Conservation Team (ACT Brasil) que desenvolveu uma metodologia específica para se trabalhar os mapeamentos participativos em Terras Indígenas no Brasil com a denominação de mapeamento cultural participativo. A instituição afirma que a ferramenta contribui para a compreensão dos problemas sociais e ambientais, na medida em que a comunidade sistematiza o conhecimento do seu território por meio de debates que envolvem lideranças, idosos, jovens, mulheres e outros atores sociais, conforme as especificidades de cada contexto social e as prioridades da comunidade envolvida (ATAÍDE, 2005). A ACT conceitua mapa cultural como:

...um instrumento cartográfico que tem como objetivo demonstrar aspectos culturais, históricos e costumeiros de um território tradicional de um ou vários povos. O mapeamento cultural pode adquirir uma série de formas, mas os aspectos que o definem são bem claros: é necessário que seja feito pela própria comunidade, combinado com regras cartográficas, para que o resultado final tenha precisão e ordenamento... O mapa não deve configurar um objetivo por si só, mas sim um instrumento dentro de um trabalho de fortalecimento cultural e territorial das comunidades tradicionais (ACT, 2008, p. 5).

Outra iniciativa em curso atualmente no país refere-se às ações desenvolvidas pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN em parceria com o Instituto Socioambiental – ISA. A experiência realiza atividades de coleta e registro sistemático de dados ambientais das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro, como base para a formulação e aperfeiçoamento do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável. A metodologia de trabalho envolve a participação das comunidades indígenas na elaboração de mapas temáticos sobre tipos de florestas, localização e disponibilidade de espécies vegetais e animais, áreas apropriadas para uso agrícola, áreas antropizadas, localização de sítios de moradia antigos e atuais, e caminhos que interligam sub-bacias hidrográficas. Tais informações foram registradas em cartas-imagens, confeccionadas com imagens orbitais georeferenciadas. As atividades de cartografia social perpassam a maioria das ações de gestão ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro, sendo que o ISA e a FOIRN mantêm extensas bases de dados que são de uso recorrente nas ações de planejamento regional (RCA, 2007).

Ações de etnomapeamento dos recursos naturais desenvolvidas pela organização não-governamental

TNC junto aos povos indígenas da Amazônia também vêm sendo difundidas e utilizadas para subsidiar planos de gestão territorial. O processo de mapeamento se inicia com a interpretação de imagens de satélite de uma dada terra indígena. Através de reuniões comunitárias nas aldeias, com uso do conhecimento tradicional, as comunidades indígenas lêem as imagens de satélite e inserem anotações e simbologias em pontos de interesse. Dentre as informações apontadas pelas comunidades é freqüente encontrar aldeias, áreas de recursos naturais abundantes, áreas sob ameaças (invasões para caça, mineração e extração de madeira), zonas de caça e pesca, de reprodução e de ocorrência de espécies raras, além de sítios históricos, culturais e espirituais.

As diferentes experiências desenvolvidas em curso no país de mapeamento dos recursos naturais com a participação das comunidades indígenas têm caráter educativo e pedagógico. O processo de discussão e construção de mapas envolve um diálogo entre a ciência ocidental e os conhecimentos tradicionais de um povo e são reelaborados conceitos e discursos acerca do território facilitando a visualização do espaço. Porém, para uma reflexão sobre a validade e alcance dos mapeamentos participativos dos recursos naturais em Terras Indígenas na representação do real se faz necessário analisar como o processo de construção de mapas temáticos pelas comunidades indígenas gera ou não relações intercientíficas e se essas relações, caso existam, são realmente dialógicas.

Bavaresco, Andréia. A. *O pjë e a cartografia: os mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica no diálogo entre saberes ambientais*. Brasília, Unb: 2009.